

BUSCA POR EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA¹

Autora: Maria de Jesus Alves dos Reis

Acadêmico de Pedagogia – 8º período

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Mariadjesusalves@hotmail.com

Orientadora: Francisca Melo Agapito

Professora Mestra em Ensino

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

franciscaagapito@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade abordar algumas políticas públicas nacionais que visam à efetivação da educação de qualidade para pessoas com deficiência, e apontar possíveis benefícios que estas possam ocasionar no âmbito escolar. Tais políticas públicas devem ser efetivadas através de iniciativas e posturas adotadas por gestores e professores em conjunto com o poder público, utilizando meios democráticos de acompanhamento, fiscalização, controle e avaliação institucional. O referente trabalho foi fundamentado pelas compreensões de Carvalho (2012), na sua obra escola inclusiva, Pacheco (2007), (MEC; SEESP, 2001) dentre outros. Os resultados mostram que a organização de políticas públicas consiste em uma necessidade real, que ao ser consolidada torna possível a efetivação dos serviços e a melhoria do acesso à educação inclusiva, por meio de ações que potencializem os serviços oferecidos.

Palavras-chaves: Educação. Pessoas com deficiência. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Graças à criação de políticas públicas direcionadas para as práticas educacionais, com um novo olhar e sem distinção de sexo e cor, as pessoas com deficiência, passam a ser incluídas nas escolas, que são responsáveis pelo uso de um currículo apropriado aos alunos de acordo com as suas necessidades. Por muito tempo cabia aos alunos à tarefa de se adaptarem à escola, fossem eles ou não pessoas com necessidades especiais (PACHECO, 2007, p 60). Uma série de equívocos por parte da educação chamou a atenção de governantes, gestores, professores, pais e sociedade, para a necessidade de se pensar e construir uma escola inclusiva.

E a partir da declaração de Salamanca em 1994, a realidade educacional melhorou em muitos aspectos. Nestas últimas duas décadas foi surgindo aos poucos uma escola inclusiva aberta à diversidade. As escolas que antes eram vistas “apenas como espaços de socialização ou do exercício de sentimentos de solidariedade” Carvalho (2012 p, 119), passam a ser pensadas pela sociedade em geral como locais também de diferentes não tão somente de

¹ Proposto pela disciplina de Educação Especial, do Curso de pedagogia – 2015.2/UFMA

iguais, um espaço multifacetado onde o dinamismo; a pluralidade e o conhecimento, não podem ficar de fora do contexto da formação do homem.

Dessa inquietação é que surgiu a necessidade da elaboração deste artigo, que foi pensado metodologicamente a partir de uma questão de aprendizagem baseada em problemas, que é um enfoque didático de ensino e aprendizagem e se refere a conceitos didáticos baseados somente na resolução de problemas ou a conceitos que as combinem com os cursos tradicionais por meio do trabalho com projetos (ARAÚJO, SASTRE, 2009). A proposta se deu na disciplina de Educação Especial do 6º Período do curso de Pedagogia – 2015.2 da Universidade Federal do Maranhão /UFMA.

Este trabalho se iniciou através de pesquisas bibliográficas, em que foram realizadas leituras sistematizadas e a coleta de dados bibliográficos. Com estas, elaborou-se as sínteses dos conteúdos analisados e a socialização com os demais discentes de pedagogia com o acompanhamento da orientadora. Através destes grupos de discussão passou-se à elaboração do artigo, que é resultado das sínteses elaboradas em grupo e que por sinal aperfeiçoou e inovou a ideia de construção coletiva de pesquisa científica.

2 REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

Na atual realidade das escolas foram embutidos novos desafios, e as mesmas precisam estar de braços abertos para assumi-los, a começar por provocar mudanças de ideias tradicionalistas e excludentes intrínsecas na sociedade, e serem capazes de criar condições favoráveis baseadas na compreensão e respeito às diversidades dos sujeitos nelas inseridos. “Em decorrência, ficamos com o compromisso ético de acompanhar o processo de aprendizagem de todos os alunos” (CARVALHO, 2012, p. 48).

A educação é um direito de todos, segundo a Constituição Federal de 1988, que estabelece o “pleno desenvolvimento da pessoa para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Portanto, é papel dos gestores ofertar uma educação de qualidade, capaz de desenvolver o senso cognitivo de todos os alunos e promover quando necessário um atendimento educacional especializado, onde todo o corpo docente da escola possa estar empenhado no cumprimento dos seus deveres.

Fundamentados na base de direitos humanitários, e conhecedores das necessidades dos alunos, as escolas devem acompanhar os processos de mudanças sobre direitos e deveres.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma produção de qualidade para todos, (MEC/SEESP. 2001).

Contudo, quando se trata de educação especial, muitos entraves e obstáculos são encontrados, no que se refere a proporcionar uma educação de qualidade de fato inclusiva. Estes obstáculos vão desde questões de infraestrutura, falta de treinamentos/capacitações dos profissionais, que em sua maioria não têm conhecimentos específicos para trabalhar com crianças que possuem necessidades especiais, até a falta de materiais adequados necessários para se desenvolver o trabalho pedagógico.

O MEC/SEESP (2001) estabelece objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta que ainda há um déficit referente à oferta de matrícula para alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

3 POLITICAS PÚBLICAS EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para se iniciar a fala sobre políticas públicas na educação, voltadas para educação inclusiva, devemos nos reportar a dois modelos que tratam da questão da integração e da inclusão com visões bem diferentes, o modelo médico e o modelo social.

De acordo com (CARVALHO, 2012), dentro da perspectiva do modelo médico, a deficiência é vista como doença. Logo, sendo doença é passível de cura. Para este modelo, somente ao alcançar a cura de tal deficiência é que a pessoa de fato poderia ser vista como cidadã e assim poderia exercer seus direitos. Dessa forma, entende-se que quanto mais deficiente a pessoa fosse, menos direitos ela teria.

Assim, pregava-se o seguinte: preconceitos e exclusões eram aceitáveis visto que as causas desses preconceitos eram as limitações, deficiências que a pessoa possuía, sendo assim, a sociedade não tinha nenhuma responsabilidade sobre os atos de discriminação que a pessoa deficiente viesse a sofrer, também não era de responsabilidade social combater esses atos.

Referente ao “modelo social”, Segundo Carvalho, (2012) este era um movimento, que procurava conscientizar a sociedade que os problemas do cotidiano, relacionados à discriminação, eram constituídos pela sociedade, devido à falta de interesse e habilidade das pessoas de relacionar-se com pessoas com algum tipo de deficiência.

A condição de desviante produz no próprio sujeito inúmeros e ambivalentes sentimentos que interferem decisivamente na constituição da subjetividade, do mesmo modo que estimula nos “outros”, os ditos normais, atitudes preconceituosas e estigmatizastes que se constituíram a partir das diferenças, entendidas como

desordens sociais e estéticas, porque fogem dos padrões sociais tidos como ideias (CARVALHO, 2012, p. 33).

Um dos objetivos deste modelo era esclarecer às pessoas de que os procedimentos médicos não deveriam ser o único meio para que as pessoas com deficiências pudessem exercer seus direitos. Sem dúvidas, as análises desses dois modelos foram importantes para se pensar a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para essas pessoas em todas as áreas, bem como na área da educação, que em si é uma área que permite dentre tantas coisas, o conhecimento e a aquisição de direitos. Diferentemente do que acontecia no “modelo médico”, onde as pessoas eram silenciadas socialmente em detrimento de suas deficiências, de acordo com (CARVALHO, 2012).

Hoje há uma intensificação das lutas e dos movimentos criados em defesa dos direitos das pessoas com deficiências, onde elas assumem a frente desses movimentos, tornam-se protagonistas, assumindo a voz e a vez de falarem por si mesmas, sem a intermediação de outros que as silenciavam. Nota-se com isso que grandes passos e conquistas já foram alcançados nos últimos anos, em relação à educação especial no Brasil, contudo, muito ainda há por fazer.

4 UMA QUESTÃO DE INGERÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Para se pensar numa escola totalmente inclusiva, é preciso que se alarguem as visões de todos os sujeitos envolvidos neste processo de mudanças e adaptações da educação, e que se garanta o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas, respeitando ao direito do atendimento especializado. (LDB 58 e 60).

É de fato desafiadora a tarefa de criar um currículo destinado à educação infantil que contemple sujeitos com necessidades especiais. De acordo com Barbosa (2009), são poucas as pesquisas e publicações sobre o uso de um currículo pedagógico para crianças especiais em espaços coletivos e formais.

Geralmente as legislações, os documentos, as propostas pedagógicas e a bibliografia pedagógica privilegiam as crianças maiores e têm em vista a adaptação da educação infantil ao modelo convencional que orienta os sistemas educacionais no país (BARBOSA, 2009, p. 8).

Adaptar um currículo com certeza não é uma tarefa fácil, é preciso que se busque conhecer pesquisas realizadas e que deram resultados e estar sempre em busca de novas experiências, como também que os professores estejam comprometidos com a qualidade da educação e formação de consciência, é preciso estar a par dos acontecimentos e mudanças, diante das necessidades gritantes e urgentes das escolas, Carvalho (2012) vem postular que:

A ampliação das funções da escola não decorreu das iniciativas nem das escolhas dos professores e gestores. Tal expansão pode ser considerada como imposição da realidade, marcada pela velocidade com que ocorreram mudanças em todas as áreas do saber e do fazer humanos (CARVALHO, 2012, p.89).

Muitos são os pontos a serem melhorados na educação brasileira para se possibilitar uma educação inclusiva de qualidade, muito há por fazer, na verdade sempre há o que fazer e o que melhorar, iniciando a partir do básico, como estabelecer uma organização no processo já é um grande passo. “a proposta inclusiva tem um caráter abrangente envolvendo a família, a sociedade e a comunidade educacional escolar” (CARVALHO, 2012, p. 100).

Só assim se construirá uma gestão de referência e democrática. Para que mudanças aconteçam de fato na educação inclusiva, e que lhes seja garantido uma educação de qualidade, e a garantia do fim da exclusão. Sabe-se que um bom trabalho realizado por uma gestão competente, pode produzir transformações e também colaborar com o processo atual de transformação educacional. Segundo Lück, (2007, p. 86), a escola deve ser uma comunidade de aprendizagem também em liderança, tendo em vista a natureza do trabalho educacional.

Segundo o MEC/SEESP, (2006), há a necessidade de haver uma organização dos sistemas para atendimento a necessidades educacionais especiais. Como por exemplo, acessibilidade à matrícula; projeto político-pedagógico que deve ser construído observando as necessidades dos alunos; adaptações físicas nas escolas; uso de recursos pedagógicos adaptados; transporte escolar com adaptações que possibilitem a ida desses alunos à escola; adequação dos currículos e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que cabe aos profissionais da educação, em especial os professores que em uma ação conjunta com gestores e sociedade em geral continuem a buscar melhorias, se apropriando das prerrogativas que as políticas públicas educacionais oferecem, para pressionar o poder público legislativo e judiciário no cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Pois para se pensar numa escola inclusiva, é preciso que se alarguem as visões de todos os sujeitos envolvidos neste processo de mudanças e adaptações da educação. A começar pelo currículo e formação de professores, pois eles são de grande relevância na prática educacional inclusiva. Adaptar o currículo com certeza não é uma tarefa fácil, é

preciso que professores e gestores busquem conhecer pesquisas realizadas em outras escolas e que lograram êxitos e estar sempre em busca de novas experiências.

Para que a gestão escolar aconteça da forma mais democrática possível. E os gestores usem sua liderança para atrair colaboradores e recursos para que sejam feitas melhorias nas escolas, a começar pelas salas de aula, transformando-as em um ambiente com características alfabetizadoras, e adequações sejam feitas para que todas as escolas venham a ter suas salas multifuncionais e adaptações adequadas na sua infraestrutura, para facilitar a acessibilidade dos alunos com deficiências.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. Ulisses, SASTRE, Genoveva (orgs.). **Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior**. São Paulo: Summus, 2009.

BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na educação infantil** – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da educação. Secretária de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica** – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais** – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.